

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Journal de Brasília Class.: 30Data: 10.09.85 Pg.: \_\_\_\_\_**Índios denunciam violência e pedem proteção**

Um contingente de 47 homens da Polícia Militar de Mato Grosso, acompanhados por 12 jagunços da Fazenda São Marcos, invadiu a reserva indígena dos Rikbatsa, amarrou os homens, bateu nas mulheres, a pretexto de desarmar os índios.

Essa denúncia foi feita ontem pelos líderes Rikbatsa ao secretário-geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcanti. Os índios pediram proteção ao secretário, informando-lhe ainda que a Polícia Militar continua na área, proibindo a entrada do grupo na reserva de Japuíra.

Os fatos, segundo o líder Arlindo, ocorreram no início de agosto, quando o antropólogo Célio Horst, funcionário da Funai, saiu de Brasília "para nos convencer a sair de nossa terra". Disse Arlindo que Célio Horst foi no primeiro

dia sozinho, "mas não convenceu ninguém e depois mandou 47 policiais que foram chegando e começando a nos bater. Amarraram um menino com três voltas de corda no pescoço, botaram uma metralhadora na cabeça do cacique Rafael e obrigaram ele a ir tomando nossas armas, umas flechas que a agente guarda e rifle de caça".

Horst, antropólogo acusado pelos índios, saiu de Brasília com a missão de "manter contato com a comunidade indígena Rikbatsa", de acordo com a portaria assinada pelo ex-presidente da Funai, Gérson Alves. Em Cuiabá, Horst hospedou-se no Hotel Excelsior, dividindo o apartamento com Silas Cardoso, gerente da Fazenda São Marcos.

Essa fazenda ocupa parte da reserva florestal de Juruema e parte da área indígena. As contas do antropólogo no hotel foram pagas, segundo ofício do

próprio hotel, "pelo sr. Luis Carlos Tavares", um dos proprietários da fazenda, explicam os denunciantes.

**Ação armada**

Depois de se hospedar no hotel com os fazendeiros, Horst solicitou ao superintendente da Funai, Apoena Meirelles, reforço policial para entrar na área indígena. Meirelles pediu a presença da Polícia Federal na área, junto ao secretário-geral do Ministério do Interior, Maurício de Vasconcelos, que, ao invés de mandar a Polícia Federal (como é previsto no Estatuto do índio), mandou a PM mato-grossense.

No final da operação policial na área indígena, Maurício Vasconcelos envia telex agradecendo ao secretário de segurança de Mato Grosso, Oscar Travassos, "as providências tomadas atendendo solicitação".